CONFERENCIA INTERNACIONAL DE "*TRACA DE EXPERIÊNCIAS EM MONITORIA E ADVOCACIA DA QUALIDADE E DO ACESSO AOS SERVIÇOS DE SAÚDE SEXUAL E REPRODUTIVA, NUTRIÇÃO E HIV E SIDA*"

- DECLARAÇÃO DE MAPUTO –

A fraca qualidade da oferta e do acesso dos serviços públicos de saúde em Moçambique, sobretudo nas áreas de saúde sexual e reprodutiva, nutrição e HIV e SIDA, que impactam na deterioração rápida da esperança de vida, da mortalidade infantil e da estrutura da população levaram as organizações da sociedade civil nacionais e internacionais a reunirem, nos dias 02 e 03 de Abril de 2014, em Maputo, no Centro Internacional de Conferências Joaquim Chissano, com o objectivo de:

1. Reflectir sobre as diversas abordagens e mecanismos nacionais e internacionais de monitoria e advocacia da qualidade de saúde, nutrição e HIV e SIDA;
2. Perceber as estratégias de coordenação existentes entre os diferentes actores públicos, privados, nacionais e internacionais face à problemáticas do saúde sexual e reprodutiva, nutrição e HIV & SIDA;
3. Contribuir para a formação e referço de redes e de capacidades das Organizações da Sociedade Civil orientadas para a monitoria e advocacia de políticas de saúde sexual e reprodutiva, nutrição e HIV & SIDA:

Como resultados das reflexões realizadas pelos diversos actores (governo, sociedade civil nacional e internacional, parceiros de cooperação), no final da conferência, as organizações da sociedade civil participantes compreendem que o acesso à saúde é uma questão fundamental do respeito pelos direitos humanos, por isso, comprometeram-se a:

A. AO NÍVEL NACIONAL

1. Considerar as questões de saúde sexual e reprodutiva, nutrição e HIV e SIDA como pontos de agenda de trabalho contínua, prioritária e transversal nos programas de acção da sociedade civil e na sua parceria com o governo;
2. Participar, de forma efectiva, em acções de educação e informação das comunidades sobre as questões de sexual e reprodutiva, nutrição e HIV e SIDA;
3. Trabalhar no sentido de garantir que as questões de saúde sexual e reprodutiva, nutrição e HIV e SIDA sejam consideradas prioritária de direitos humanos na agenda da governação em Moçambique;
4. Criar uma plataforma nacional para advogar por um maior acesso e promoção da qualidade dos serviços de saúde sexual e reprodutiva, nutrição e HIV e SIDA em Moçambique;

5. Melhorar a coordenação e o diálogo entre a sociedade civil e o governo em vista a assegurar uma maior integração das seguintes preocupações: falta de recursos humanos e financeiros; a falta/fracas acções de humanização do sector da saúde; corrupção; inacessibilidade dos serviços de saúde e medicamentos;
6. Capitalizar as boas práticas de monitoria e advocacia apresentadas, criando parcerias entre as organizações que trabalham nas mesmas áreas de interesses;
7. Promover um maior engajamento no processo de mobilização de recursos financeiros para melhoria das condições de acesso e da qualidade dos serviços de saúde e nutrição;
8. Reforçar os programas de monitoria da governação do sector de saúde e da nutrição em vista a garantir uma maior transparência, qualidade e inclusão nos serviços oferecidos;
9. Orientar o estabelecimento de abordagens de outsourcing para efectivação das estratégias nacionais na área da saúde;
10. Integrar, de forma efectiva e inclusa, outros grupos de risco, por exemplo, Homens que Fazem Sexo com Homens, Pessoas com Deficiencia, Populações Prisionais e Outros;
11. Assegurar a operacionalização da base de dados disponível com evidências de impacto em sexual e reprodutiva, nutrição e HIV e SIDA.

B. AO NÍVEL INTERNACIONAL

1. Sensibilizar champios, governantes e instituicoes regionaisincluindo o Parlamento PAN Africano sobre a agenda e compromissos assumidos na Conferencia Internacional sobre Populacao e Desenvolvimento.
2. Organizar a sociedade civil pra com uma voz apoiar e disseminar as prioridades ressaltadas no posiocionamento da agenda para além de 2015
3. Advocar para o apoio as liderancas africanas em Africa e fora de Africa, especialmente em paises que tenham reservas e Resistencia a Declaracao de Addis para além de 2014.
4. Incluir os compromissos da declaracao de Addis Pos 2014 no quadro dos planos e estrategias de desenvolvimento dos paises africanos

Maputo, 03 de Abril de 2014